



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Resposta do Pedido de Esclarecimentos feito pelo banco Itaú Unibanco S.A., via e-mail, referente ao pregão presencial nº 053/2021.

SITUAÇÃO DO ATUAL BANCO PAGADOR:

1) O edital traz como objeto o processamento da Folha da Prefeitura Municipal de São José do Vale do Rio Preto. Como é sabido, atualmente o banco que processa a folha de pagamento dos servidores é o Itaú Unibanco.

São processados os arquivos de pagamento dos seguintes entes:

- Prefeitura Municipal de São José do Vale do Rio Preto -RJ CNPJ: 32.001.836/0001-05
 - Fundo Municipal de Saúde de São Jose do Vale do Rio Preto CNPJ: 12.440.744/0001-06
- Para que não parem dúvidas, questionamos:

a) Somente estes entes fazem parte da licitação?

Sim

b) Caso negativo, favor informar todos os CNPJ 's envolvidos no Pregão Eletrônico nº 53/2021.

ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

2) O edital define que a licitação envolve os servidores da Administração Direta e Indireta.

Pedimos o seguinte:

a) Descrever cada uma das entidades administrativas da Administração Indireta envolvidas na licitação.

Atualmente só existe administração direta. O Termo de Referência será corrigido.

b) Considerando que cada entidade da Administração possui personalidade jurídica própria (ou seja, é responsável exclusiva pelo pagamento de seu quadro de funcionários), o Município de São José do Vale do Rio Preto – RJ, obteve autorização prévia e expressa delas para promover a licitação de suas folhas de pagamento? Em caso positivo, favor disponibilizar cópias dos respectivos Convênios/autorizações.

Considerando a resposta da letra A, não se aplica.

c) Caso a Prefeitura não tenha celebrado convênios/autorizações prévias, as entidades da Administração Indireta assinarão o contrato administrativo juntamente com a Prefeitura? Na hipótese de as entidades administrativas não assinarem simultaneamente com o Município, o futuro contratado deverá pagar à Prefeitura apenas o valor proporcional relativamente às folhas que realmente lhe forem transferidas?

Considerando a resposta da letra A, não se aplica.

DA ASSINATURA DO CONTRATO

3) Considerando que as instituições financeiras são grandes conglomerados, e que, geralmente, sua representação legal se dá por meio de Diretores estatutários, os quais têm domicílio profissional nas respectivas sedes, e quaisquer providências administrativas, tais como a assinatura de instrumentos depende de autorizações internas, indagamos:

a) Está correto o entendimento de que a instituição financeira vencedora poderá retirar as vias contratuais para providenciar as assinaturas dos Diretores estatutários?

Sim

b) O 7.6 do edital, menciona que o contrato deverá ser assinado em até 48 (quarenta e oito horas). Diante da justificativa acima, pedimos dilatar o prazo de assinatura do contrato para até 10 dias úteis contados da convocação.

O Termo de Referência será corrigido.

c) O item 1.1 do edital menciona que o pagamento do valor ofertado deverá ocorrer em até 5 dias contados da assinatura do contrato. Já o modelo de proposta que consta no anexo IV menciona que o pagamento deverá ocorrer em 60 parcelas, sendo a primeira 15 dias após a assinatura do contrato.

O pagamento será em parcela única. O Termo de Referência e o Edital e seus anexos serão corrigidos para 10(dez) dias úteis.

Diante dos argumentos acima, e da divergência apresentada no edital, solicitamos confirmar que o prazo de pagamento seja de até 20 (vinte) dias úteis da assinatura do contrato.

O pagamento será em parcela única. O Edital e seus anexos serão corrigidos para 10(dez) dias úteis.

DA PROPOSTA:

4) O item 4.2, alínea 'a' do edital faz menção a forma de preenchimento da proposta a ser apresentada pela instituição financeira interessada em participar do certame. Ocorre que estamos falando de prestação de serviços de processamento e gerenciamento da folha de pagamento dos servidores municipais de São José do Vale do Rio Preto e o interessado em apresentar a proposta irá ofertar no mínimo o valor de R\$ 741.978,06 (Setecentos e quarenta e um mil, novecentos e setenta e oito reais e seis centavos).

Sendo assim pedimos confirmar o entendimento de que basta o interessado apresentar a proposta em seu valor total, sendo dispensado o valor unitário.

Trata-se de valor total. O Edital será corrigido.

4.1) Caso a resposta seja negativa na pergunta anterior, pedimos esclarecer/exemplificar como deverá ser calculado o valor unitário a ser apresentado na proposta.

Respondido no número 4.

DOS FORNECEDORES:

5) Em relação ao serviço de pagamento a fornecedores, agradeceríamos esclarecer o seguinte:

a) Qual o número total de fornecedores cadastrados na Prefeitura?

6.179 fornecedores

b) Qual o número de fornecedores ativos (que receberam pagamentos nos últimos 6 meses)?

Aproximadamente 500

c) Do número de fornecedores ativos, qual o percentual de pessoas jurídicas e qual o percentual de pessoas físicas?

94% e 6%

d) Qual a quantidade de pagamentos efetuadas nos últimos 6 meses?

Aproximadamente 1200

e) O pagamento dos fornecedores dar-se-á por meio de crédito em conta corrente, ou seja, eles serão compelidos a abrir conta corrente junto ao banco vencedor do certame? Se positivo, caso eles se neguem a isso, como se processará seu pagamento?

Não

f) Caso o pagamento dos fornecedores seja realizado por meio de DOC, TED, Cheques ou Ordens de Pagamento, é correto afirmar que o município repassará ao banco a tarifa correspondente a tabela geral de tarifas por operação realizada?

Sim, geralmente já é debitada na própria conta do Município.

g) O banco vencedor do certame prestará o serviço de pagamento a fornecedores em caráter de exclusividade?

Sem caráter de exclusividade, conforme Termo de Referência.

h) Atualmente, qual instituição financeira processa a folha de pagamento dos fornecedores municipais?

Itaú

DA ARRECADAÇÃO:

6) Tendo em vista que:

- O objeto da licitação é a centralização e processamento da folha salarial;
- O edital deve trazer de forma objetiva os elementos necessários à formulação de propostas pelos licitantes;
- O princípio da estrita legalidade impõe às partes de um contrato administrativo fiel observância às regras definidas no edital;
- Obrigações que não tem conexão com o objeto, como arrecadação, cobrança devem ocorrer de forma apartada, através de contratos/convênios.

Sendo assim, solicitamos excluir o recebimento/arrecadação centralizada das receitas do edital, dado preverem serviços não condizentes com o objeto da licitação.

O Termo de Referência será corrigido.

7) Tendo em vista que os esclarecimentos das questões acima impactam diretamente na formulação das propostas, com fundamento no art. 21, §4º da Lei 8.666/93, requeremos a confirmação da nova data para apresentação das propostas.

Sim. Após todos os questionamentos serão respondidos, será feita nova contagem de prazos e posteriormente nova data e publicação será marcada.

8) O edital determina que a centralização da arrecadação dos tributos do município será mediante utilização de guias de recebimento ou cobrança.

Como é sabido, o pagamento de tributos pode ser feito por duas modalidades: (i) arrecadação e (ii) cobrança bancária.

Na arrecadação de tributos há a necessidade de celebração de convênios/contratos específicos entre a Prefeitura e as diversas instituições financeiras interessadas em prestar este serviço. E somente estas instituições financeiras poderão receber os tributos municipais. Em outras palavras, bancos que não celebraram convênio de arrecadação com o Município, estão impedidos tecnicamente de receber lâminas de arrecadação dos tributos municipais. Geralmente, a arrecadação de tributos municipais se dá através de guias municipais emitidas pela própria Prefeitura ou por gráfica contratada para esta finalidade.

Por outro lado, para o produto cobrança bancária, a sistemática é outra: os boletos de cobrança, que deverão seguir o padrão FEBRABAN, podem ser recebidos em qualquer banco integrante do Sistema Financeiro. Isto posto, questionamos:

a) estamos falando de Arrecadação ou Cobrança (centralizada)?

b) se for Arrecadação pedimos esclarecer:

I) Quais modalidades de tributos que são arrecadados anualmente?

II) Qual o número médio de transações anuais para cada tributo?

III) Qual a quantidade de carnês de tributos emitidos pela Prefeitura anualmente?

IV) Com quantas parcelas cada carnê?

V) Qual o valor médio das parcelas?

VI) A Prefeitura emitirá carnês padrão FEBRABAN (código de barras) ou Fichas de compensação?

VII) O valor da tarifa de arrecadação será pago pela Prefeitura ou pelo contribuinte?

VIII) Qual o valor da tarifa que será pago à contratada por cada meio de arrecadação (pagamento no guichê de caixa, pelo Internet banking, nos caixas eletrônicos e no débito automático)?

IX) Haverá assinatura de contrato adicional para regular as condições operacionais da arrecadação?

c) Se for Cobrança, pedimos esclarecer:

I) Quais os tributos arrecadados pela municipalidade?

II) Qual a quantidade de boletos bancários emitidos anualmente (favor informar por tipo de tributo indicando os dados dos últimos 3 anos).

III) A emissão (impressão) e entrega ficará a cargo da prefeitura?

IV) A cobrança será feita mediante registro de informações (controle por CPF do sacado)?

V) Qual o percentual de inadimplência por tributo dos últimos 3 anos?

VI) Qual o valor da tarifa a ser paga pela municipalidade por título liquidado?

Não procede. A licitação terá como objeto o processamento da Folha da Prefeitura Municipal de São José do Vale do Rio Preto. Existem contratos com outras instituições bancárias, realizados através de Pregão, que tratam da arrecadação dos tributos do município.

DO EMPRESTIMO CONSIGNADO:

9) O edital prevê que a licitação envolve a concessão, sem exclusividade, da linha de mútuo aos servidores denominada "empréstimos consignados", sendo assim questionamos:

a) É correto afirmar que o banco vencedor poderá oferecer empréstimos consignados caso tenha interesse, não sendo obrigado a isso, já que esta modalidade de empréstimo por regra do CMN/Bacen é prestada sem exclusividade?

Sim, opcional.

b) O conveniamento do consignado faz parte do objeto licitado ou sua contratação seguirá regras e procedimentos de processo administrativo próprio e independente ao presente certame?

Não. O objeto licitado é a folha de pagamento.

c) Possui legislação específica para o consignado? Se sim, pedimos a gentileza de disponibilizá-la.

Sim. Existe a Lei nº 1462/2009. Será disponibilizada em anexo.

d) Será celebrado convênio em específico? A minuta será fornecida pelo órgão ou pelo banco? Caso seja minuta específica do órgão, favor disponibilizá-la para análise.

Sim. Pelo banco.

e) Quais autarquias estão vinculadas ao certame? A formalização da minuta do consignado será individual para cada autarquia?

Não temos autarquias.

f) Qual a margem máxima adota pelo órgão? É possível que os servidores tenham mais de um contrato de crédito consignado, desde que não ultrapasse a margem estabelecida por lei?

A margem máxima adotada é 30 %. Sim, há possibilidade.

g) O órgão opera com site de gestão das margens do consignado? Se sim, qual o site? Quais os custos envolvendo adesão e manutenção do site? A contratação do site ocorreu por licitação? Qual o vencimento do contrato? Solicitamos uma cópia do edital e ata?

Não. Operamos com site de gestão de mensagens do consignado.

h) Qual prazo máximo das operações de consignado? Consta em legislação? O órgão efetuará o desconto das parcelas na provisão de férias dos servidores?

Não existe, há limite de percentual de desconto. Sim. Sim.

i) Em caso de perda de margem consignável do servidor, está correto o entendimento de que a prefeitura fará o desconto parcial do valor consignado e repassará a consignatária? Se a consignatária não quiser que a prefeitura faça o desconto parcial. É possível?

O que ocorre é o repasse integral do desconto. Existe a possibilidade, a pedido por alguma dificuldade momentânea, a suspensão do desconto.

j) Quais bancos operam atualmente na concessão de crédito consignado e qual a distribuição dos repasses entre as instituições?

O valor total é R\$144.000,00, sendo assim distribuídos:

CAIXA - 25%

BRADESCO – 5%

BANCO DO BRASIL – 70%

k) A instituição financeira vencedora possuirá exclusividade de ocupação das dependências do órgão para a realização das ofertas de empréstimo consignado?

Não

DA FOLHA DE PAGAMENTO:

10) O número de servidores previsto no edital corresponde a matrículas (funcionais/pagamentos) ou a pessoas (CPF's)? Caso se refira a matrículas, qual o número de pessoas/CPF's?

O total de CPF 983

DA CONTA CORRENTE/CONTA SALÁRIO:

11) Tendo em vista que o serviço ora licitado é amplamente regulado pelo Conselho Monetário Nacional/Banco Central do Brasil (p.ex. Resoluções 3.402 e 3.424/06), está correto o entendimento de que se aplicam integralmente as regras trazidas pelos normativos do CMN/BACEN, ou seja, caberá aos empregados a opção entre a abertura de conta corrente ou conta salário junto ao banco contratado para recebimento de seus vencimentos, bem como que a Prefeitura processará o pagamento apenas destas formas (não sendo utilizados DOC, TED, Ordem de Pagamento, cheque etc.)?

Não

12) Se o empregado desejar contratar uma conta corrente, a negociação dos produtos e serviços bem como das tarifas será livremente pactuada entre o Banco e o cliente, respeitadas as regras emanadas pelo CMN/BACEN quanto à padronização de literais e isenções tarifárias?

Sim

13) O edital prevê que a Instituição Financeira disponibilize comprovante de rendimentos (holerite eletrônico) aos servidores. Sendo assim, pedimos esclarecer:

a) A Prefeitura enviará ao contratado as informações relativas ao contracheque por meio do intercâmbio eletrônico de arquivos, observadas as especificações definidas com relação ao "layout" fornecido pela instituição financeira?

b) Está correto o entendimento de que os servidores terão isenção para impressão do 1º contracheque por mês nos caixas eletrônicos, devendo observar o contrato celebrado com a instituição financeira em relação à tarifa para a impressão de holerites adicionais (impressão de 2ª via)?

c) Visto que o edital fixou a isenção de tarifas para o servidor, pedimos confirmar o entendimento de que a tarifa a ser paga pela municipalidade por contracheque disponibilizado será a mesma praticada para os demais correntistas da instituição financeira?

O termo de referência será atualizado.

14) Considerando que:

- a partir de 1º de janeiro de 2012, a 'conta salário' será obrigatória para todos os beneficiários de crédito salário;
- na nova sistemática da Resolução 3.402/06 o beneficiário poderá optar por abrir uma 'conta salário' (e não uma conta corrente) e transferir seus recursos, de forma automática, para outra instituição financeira;
- nesta hipótese o beneficiário do crédito salário não terá nenhum vínculo com o banco prestador de serviço de processamento da folha de pagamento e, portanto, não receberá sequer um cartão para movimentação de recursos (já que estes serão enviados automaticamente para outro banco) Está correto o entendimento de que o fornecimento do holerite eletrônico aplicar-se-á apenas aos servidores que optarem por manter conta corrente (e não conta salário) junto ao banco vencedor da licitação?

Não se aplica. O termo de referência será atualizado

DA TARIFA PJ:

15) Está correto o entendimento de que o serviço de processamento e liquidação da folha do funcionalismo público municipal dar-se-á por meio de crédito em conta bancária de titularidade dos respectivos beneficiários e que, portanto, a isenção de cobrança de tarifas para o Município restringe-se a esta hipótese de prestação de serviço, não abrangendo outras formas e/ou serviços correlatos

(p.ex.: fechamento de câmbio, arrecadação de tributos, serviços esses disciplinados por contratos específicos)?

DA ESTRUTURA:

16) Pedimos confirmar o entendimento de que caso a Instituição Financeira vencedora do certame já possua estrutura de agência instalada no município de São José do Vale do Rio Preto, a mesma não será obrigada a instalar nenhuma outra estrutura (caixas eletrônicos/posto de atendimento bancário) nas dependências municipais?

Sim.

17) Caso negativo na pergunta anterior, pedimos esclarecer:

a) Qual a estrutura mínima que deverá ser disponibilizada pela Instituição Financeira do certame? Quantos caixas eletrônicos? Qual o endereço para instalação? Favor informar a metragem?

b) É correto o entendimento de que a disponibilização dos espaços físicos para instalação das estruturas dar-se-á sem ônus para a Instituição Financeira vencedora do certame?

c) Caso negativo na pergunta anterior, qual o valor a ser pago pela instituição financeira vencedora do certame?

d) Quantos servidores trabalham no prédio onde deverá ser instalada a estrutura?

e) O público externo tem (ou terá) acesso ao espaço ou será restrito aos servidores?

DEMAIS QUESTIONAMENTOS:

18) A minuta contratual que consta no anexo VII, em seu item 2.1.1 menciona que o prazo de vigência contratual será de 60 meses contados do início da prestação de serviços. Já o item 2.1.3 menciona que o prazo de vigência do contrato será de 12 meses. Sendo assim, pedimos esclarecer, qual o prazo da vigência contratual?

O prazo de vigência do contrato será de 60 (sessenta) meses, contados do início da prestação de serviços. O termo de referência será corrigido se necessário.

19) O edital de pregão presencial nº 53/2021 menciona em alguns itens o termo 'nota de empenho'. Ocorre que estamos falando do e processamento da folha de pagamento dos servidores municipais, sendo que a Instituição Financeira vencedora irá efetuar o pagamento à Administração Pública e não o inverso. Sendo assim, pedimos confirmar a dispensa dos itens que versam sobre 'nota de empenho'

Sim, será corrigido.

20) Alguns dos questionamentos formulados acima interferem na interpretação e/ou redação aos citados itens do edital. Visto que tais obrigações também se encontram dispostas na minuta contratual, é correto afirmar que as respostas que impliquem em modificação ou exclusão do previsto no edital serão também aplicadas para a minuta contratual?

Sim.

21) A referida licitação e seu respectivo edital foram publicados, com, pelo menos, 08 (oito) dias úteis de antecedência da data de abertura dos envelopes, respeitando o prazo legal previsto no art. 4º, inciso V da Lei 10.520/02?

Sim. O edital foi publicado no D. O. do Município em 09 de julho de 2021, no Jornal extra.globo.com em 10 de julho de 2021 e a data da licitação marcada para 22 de julho de 2021, respeitando, portanto, 8 (oito) dias úteis.

22) Houve alguma alteração/aditamento ao Edital após sua publicação? Em caso positivo, solicitamos disponibilizar cópia para consulta.

Não.

23) Houve apresentação de impugnação e/ou pedido de esclarecimentos por algum interessado? Em caso positivo, solicitamos disponibilizar cópia para consulta.

Não

Solicitamos que as respostas sejam encaminhadas para os e-mails:

Diante do princípio da ampla publicidade da fase externa da licitação, solicitamos que as perguntas aqui formuladas e as respostas a serem fornecidas por V.Sas. sejam disponibilizadas a todos os interessados.

Nossas observações visam oferecer condições de participação ao maior número de empresas, cumprindo, assim, o objetivo do procedimento licitatório, qual seja: propiciar a concorrência, buscando a proposta mais vantajosa para a administração.

São José do Vale do Rio Preto, 09 de agosto de 2021



CLAUDIA DE CASTRO PACHECO

Secretaria Municipal de Administração